

REFORMAS LEGAIS NO ÂMBITO PENAL JUVENIL

Ana Paula Motta Costa; Daniela Dora Eilberg; Luiza Griesang Cabistani;

Atualmente, delinea-se um contexto político-social de graves respostas eleitoreiras do legislativo ao clamor popular, o qual reproduz diversos discursos rasos constituídos de senso-comum. Nesse sentido, a impunidade como causa do crescimento da violência e criminalidade é uma das bandeiras levantadas, e as propostas dadas pelas Casas do Congresso Nacional são inúmeras, tanto de alteração constitucional como de projetos de lei em tramitação que buscam alterar a legislação referente aos direitos das crianças e adolescentes e à aplicação de medidas socioeducativas. Há um leque de temas propostos, dentre os quais se destacam a redução da idade penal, a prolongação do tempo máximo de internação do adolescente que cumpre a medida socioeducativa, e o recolhimento de jovens em instituições dotadas de características hospitalares/psiquiátricas. Diante desse cenário, evidencia-se que direitos anteriormente conquistados pelas crianças e adolescentes estão sendo gravemente violados e as consequências das reformas legais no âmbito da justiça juvenil são perigosas tanto para a juventude, como para a sociedade em geral.

Descritores: Jovens; Medidas Socioeducativas; Reformas Legais; Idade Penal;